

Fragmentação Setorial e Segregação Urbana: uma análise da distribuição desigual do investimento público em Natal/RN

Fábio Fonseca Figueiredo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Simone da Silva Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rosa Maria Pereira dos Santos Alves

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO:

Este estudo analisa a eficácia das políticas públicas urbanas em Natal/RN, investigando de que forma a gestão do território influencia a qualidade de vida e a saúde da população. A pesquisa fundamenta-se no conceito de Cidades Saudáveis e busca compreender por que as intervenções estatais não têm sido capazes de reduzir as desigualdades socioespaciais presentes na capital potiguar. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, com diagnóstico comparativo de infraestruturas urbanas — incluindo áreas de lazer, saneamento, mobilidade e equipamentos públicos — com ênfase no contraste entre a Zona Norte e as Zonas Sul e Leste da cidade. Os resultados indicam que a fragmentação das políticas setoriais e a distribuição desigual do investimento público contribuem para a reprodução da segregação urbana. Conclui-se que o adoecimento urbano em Natal está associado à ausência de uma gestão integrada no espaço urbano, evidenciando a necessidade de políticas públicas orientadas pela justiça territorial e pela promoção da saúde urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades saudáveis; Desigualdade socioespacial; Gestão territorial; Planejamento urbano; Políticas públicas urbanas.

Realização:

1. Introdução

O processo de urbanização acelerada no Brasil, ocorrido predominantemente na segunda metade do século XX, não foi acompanhado por um planejamento capaz de integrar as dimensões sociais, ambientais e de saúde pública. Cidades como Natal, capital do Rio Grande do Norte, expandiram-se sob a égide de um modelo de desenvolvimento que priorizou o crescimento econômico e imobiliário em detrimento da equidade territorial. Nesse cenário, o conceito de "Cidade Saudável", preconizado em 1986 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), surge como um paradigma essencial para a gestão pública, defendendo que o bem-estar da população é indissociável da qualidade das infraestruturas e dos serviços urbanos oferecidos pelo Estado.

Apesar dos avanços normativos e da existência de instrumentos de planejamento urbano, a realidade geográfica de Natal revela uma profunda fragmentação. Observa-se que a prestação de serviços públicos — como saneamento básico, iluminação, lazer e segurança — não ocorre de forma homogênea, criando zonas de privilégio e zonas de negligência estatal. Esta desarticulação sugere que as políticas públicas urbanas na capital potiguar operam de forma isolada (setorializada), sem uma visão intersetorial que compreenda o território como um todo. Diante disso, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a fragmentação das políticas setoriais e a distribuição desigual do investimento público têm reforçado a segregação urbana e impactado a saúde coletiva em Natal/RN?

Portanto, a relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de qualificar o debate sobre a gestão pública municipal no âmbito do Instituto de Políticas Públicas (IPP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A análise das desigualdades em Natal, especialmente o contraste entre a Zona Norte e as Zonas Sul e Leste, fornece subsídios críticos para que gestores e acadêmicos compreendam que a "enfermidade" urbana não é um fenômeno natural, mas o resultado de escolhas políticas e orçamentárias que os gestores norte-rio-grandense vêm realizando ao longo de décadas. Além disso, ao destacar a segregação como fruto da fragmentação estatal. Assim, esta pesquisa contribui para a formulação, implementação e execução de novos modelos de governança urbana que priorizem a justiça social e a promoção da saúde urbana como direitos fundamentais.

2. Diálogos para compreender a Cidade que adoece: o caso de Natal/RN

A fundamentação teórica abordada neste estudo estrutura-se em torno da intersecção entre urbanismo, gestão pública e saúde coletiva. A análise parte da premissa de que a "enfermidade" da cidade de Natal não é um fenômeno biológico, mas o resultado de escolhas políticas e institucionais que vêm produzindo fragmentação setorial, desigualdades socioespaciais e segregação urbana ao longo de décadas. Nesse sentido, a cidade é compreendida como um espaço socialmente produzido, no qual decisões relacionadas ao planejamento urbano, à distribuição de infraestrutura e à oferta de serviços públicos influenciam diretamente as condições de vida e saúde da população.

Sob a perspectiva do urbanismo contemporâneo, o processo de expansão urbana desordenada, aliado à ausência de planejamento integrado, contribui para a formação de territórios marcados por profundas desigualdades no acesso a equipamentos urbanos, saneamento básico, mobilidade e áreas de lazer. Essas desigualdades refletem não apenas limitações estruturais do espaço urbano, mas também a forma como as políticas públicas são formuladas, implementadas e distribuídas no território. Assim, a organização da cidade passa a expressar relações de poder e prioridades governamentais que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros.

No campo da gestão pública, a análise evidencia que muitos dos problemas urbanos decorrem da fragmentação das políticas públicas e da baixa articulação entre setores responsáveis pelo planejamento urbano, saúde, meio ambiente e infraestrutura. A ausência de políticas integradas compromete a capacidade do Estado de responder de forma efetiva às demandas da população, ampliando vulnerabilidades socioambientais e intensificando processos de adoecimento urbano. Dessa forma, compreender a cidade a partir da perspectiva da saúde urbana implica reconhecer que o ambiente construído, a qualidade dos serviços públicos e as condições socioambientais constituem determinantes fundamentais da saúde coletiva.

Por essa razão, a discussão sobre cidades saudáveis e sustentáveis tem ganhado relevância nas últimas décadas, enfatizando a necessidade de políticas públicas intersetoriais capazes de articular planejamento urbano, gestão ambiental e promoção da saúde. A literatura aponta que a construção de cidades mais justas e saudáveis depende da implementação de estratégias de governança urbana que priorizem a redução das desigualdades territoriais, a ampliação do acesso a infraestrutura básica e o fortalecimento da participação social na definição das políticas públicas.

2.1 Cidades Saudáveis e Determinantes Sociais

O conceito que fundamenta esta pesquisa é o de Cidade Saudável, formulado originalmente por Hancock e Duhl (1986) e posteriormente adotado e difundido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1986. Segundo essa perspectiva, uma cidade saudável é aquela que busca melhorar continuamente seus ambientes físicos, sociais e institucionais, de modo a fortalecer os recursos comunitários e ampliar as condições de vida da população. Essa abordagem compreende que a saúde não depende apenas da existência de serviços médicos, mas também das condições urbanas que influenciam diretamente o bem-estar coletivo, como saneamento, mobilidade, habitação, áreas verdes e acesso a espaços públicos de convivência. Assim, a construção de cidades saudáveis envolve a atuação integrada das políticas públicas e do planejamento urbano, visando promover qualidade de vida, equidade social e ambientes mais seguros e sustentáveis para os cidadãos.

Saldiva (2018) argumenta que a cidade atua como um determinante direto da saúde da população, podendo funcionar tanto como fonte de riscos quanto como promotora de bem-estar. Para o autor, o processo de adoecimento urbano envolve fatores que muitas vezes atuam de forma silenciosa no cotidiano das cidades, como a poluição do ar, o excesso de trânsito, a precariedade do saneamento e a ausência de planejamento urbano adequado.

Esses elementos interferem diretamente nas condições de vida da população e demonstram que a organização do espaço urbano possui impacto significativo sobre a saúde coletiva.

Westphal e Mendes (2000) e Sperandio (2020), por sua vez, destacam que a promoção da saúde urbana depende da superação de modelos de gestão fragmentados e verticalizados, que tratam os problemas urbanos de forma isolada. Estes autores defendem a adoção de práticas intersetoriais e participativas, nas quais diferentes áreas da gestão pública — como saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência social — devem atuar de maneira integrada, permitindo a construção de políticas públicas mais eficazes na promoção de cidades saudáveis e sustentáveis.

2.2 Urbanização, Capitalismo e Desigualdade

A configuração das cidades contemporâneas está diretamente relacionada à lógica de produção do espaço urbano e às formas como o território é organizado social, econômica e politicamente. Milton Santos (2002) explica que a reprodução do modelo capitalista é um dos responsáveis pela formação de espaços urbanos marcados pela segregação socioespacial, nos quais grupos socialmente mais vulneráveis acabam sendo deslocados para áreas com menor infraestrutura urbana e maior exposição a riscos ambientais e sociais. O autor ainda argumenta que esse processo promove desigualdades profundas no acesso a serviços e equipamentos urbanos essenciais em várias partes da urbe.

De forma complementar, Brito (2012) e Marques (2012) apontam que o processo de expansão urbana no Brasil ocorreu de maneira desordenada, contribuindo para a formação de cidades fragmentadas, nas quais o acesso a serviços fundamentais — como saneamento básico, áreas de lazer, transporte e mobilidade — ocorre de forma desigual, dependendo do território ocupado pela população. Neto (2011) destaca que o clima urbano também deve ser compreendido como uma construção social, uma vez que fenômenos como as ilhas de calor e outras vulnerabilidades climáticas não atingem todos os grupos da mesma maneira, sendo fortemente influenciados pela forma como o espaço urbano é planejado, administrado e ocupado.

2.3 Desigualdades socioespaciais e gestão urbana em Natal/RN

A análise local dialoga com estudos específicos sobre a realidade urbana do município de Natal/RN, evidenciando como os processos de crescimento urbano e de gestão do território impactam diretamente as condições de vida da população. Pesquisas de Silva (2021) e Silva e Moraes (2020) revelam que, apesar de avanços pontuais em determinadas áreas da cidade, Natal ainda apresenta disparidades socioespaciais significativas. Essas desigualdades tornam-se visíveis principalmente na distribuição de infraestrutura urbana, no acesso a serviços públicos e nas condições ambientais dos diferentes bairros. A Zona Norte, por exemplo, concentra índices mais elevados de vulnerabilidade socioambiental, déficit de

saneamento básico e menor oferta de equipamentos urbanos quando comparada às Zonas Sul e Leste, o que demonstra a persistência de um padrão de desenvolvimento urbano desigual.

Conforme apontado por Costa (2003) e Silva Alves et al. (2009), a permanência desses problemas estruturais indica que muitos dos instrumentos de planejamento urbano e das políticas públicas previstas na legislação não se concretizam de maneira efetiva no território potiguar. Embora existam diretrizes legais voltadas ao ordenamento urbano, à proteção ambiental e à promoção da qualidade de vida, observa-se uma distância significativa entre o que está previsto nos planos e normas e o que efetivamente se materializa na prática cotidiana da gestão urbana.

A realidade de Natal apresenta sérios desafios relacionados à gestão pública, ao planejamento urbano e à capacidade institucional de enfrentar as desigualdades socioambientais historicamente evidenciadas. A expansão urbana acelerada, associada à ocupação de áreas ambientalmente sensíveis e à insuficiência de infraestrutura em determinados territórios na cidade, contribui para o aumento de problemas urbanos como alagamentos, descarte inadequado de resíduos sólidos, poluição e precariedade de serviços básicos. Esses fatores impactam diretamente a qualidade ambiental da cidade e influenciam negativamente as condições de saúde e bem-estar da população local.

Logo, compreender o contexto urbano de Natal exige considerar não apenas seus aspectos físicos e territoriais, mas principalmente os processos políticos e institucionais que orientam a gestão da cidade. A análise dessas dinâmicas ajuda a compreender como decisões relacionadas ao planejamento urbano, à distribuição de investimentos públicos e à implementação de políticas públicas conseguem moldar o espaço urbano e influenciar a produção de desigualdades no município.

3. Metodologia da pesquisa

A análise dos dados seguiu uma abordagem interpretativa, articulando a observação empírica à literatura especializada sobre urbanização, saúde urbana e desigualdade socioespacial. Esta seção detalha os procedimentos metodológicos que sustentam o presente artigo, fruto do Trabalho de Conclusão de Curso de Rosa Maria Pereira dos Santos Alves, intitulado 'Por que Natal continua enferma?' (ALVES, 2025), apresentado ao Instituto de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O estudo caracteriza-se por uma natureza qualitativa e descritiva, adotando como procedimento o estudo de caso focado na realidade urbana de Natal/RN. Para a coleta de dados, foram utilizadas fontes primárias e secundárias, incluindo o levantamento bibliográfico de autores fundamentais da geografia urbana e saúde coletiva, além da análise de documentos oficiais e registros fotográficos obtidos por meio de observação direta em campo (visitas técnicas).

O processo de pesquisa envolveu o diagnóstico comparativo de infraestruturas em diferentes zonas da cidade, utilizando o método de análise de conteúdo para interpretar como a distribuição dos investimentos públicos e a fragmentação das políticas setoriais impactam a segregação socioespacial no território.

Quanto ao recorte espacial, a pesquisa concentrou-se na cidade de Natal/RN, selecionando áreas estratégicas para evidenciar os contrastes na execução das políticas urbanas. Foram analisados equipamentos e espaços públicos de relevância social e ambiental, com destaque para a área de lazer do Panatis (Zona Norte), utilizada como principal objeto para observar a degradação de infraestruturas periféricas.

Em contrapartida, foram examinadas áreas das Zonas Sul e Leste, como o Parque Ecológico de Capim Macio, a fim de estabelecer um comparativo sobre a distribuição dos investimentos públicos. Além disso, a análise abrangeu elementos estruturantes da malha urbana, incluindo lagoas de captação, feiras livres da Zona Oeste da cidade e o sistema de mobilidade e trânsito, permitindo uma compreensão multidimensional de como a gestão do território impacta a saúde e a segregação dos habitantes em diferentes regiões administrativas do município.

4. Resultados e Discussão: Desigualdades Socioespaciais e Adoecimento Urbano em Natal/RN.

A análise dos diferentes espaços urbanos de Natal revela contrastes significativos na forma como o território é estruturado e cuidado pelo poder público. A observação de áreas de lazer, parques ecológicos, vias de mobilidade, lagoas de captação, feiras livres e territórios socialmente vulneráveis evidencia que o acesso à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e às condições ambientais adequadas ocorre de forma desigual entre as diferentes regiões da cidade. Esses contrastes demonstram que o espaço urbano de Natal reflete um processo de produção de desigualdades socioespaciais que impacta diretamente a qualidade de vida e a saúde da população.

4.1 Desigualdade no acesso aos espaços de lazer e convivência

A observação das áreas de lazer analisadas evidencia disparidades importantes entre diferentes regiões da cidade. Enquanto alguns bairros dispõem de parques estruturados, bem equipados e com manutenção regular, outros apresentam espaços públicos limitados ou com infraestrutura precária.

A área de lazer do Panatis (figura 1), localizada na Zona Norte de Natal, representa um exemplo de equipamento urbano com potencial de uso comunitário, porém marcado por limitações estruturais, como equipamentos deteriorados, ausência de vigilância e iluminação insuficiente. Essas condições reduzem a segurança e a qualidade do espaço destinado à convivência social e à prática de atividades físicas (ALVES, 2025).

**Figura 1. Espaço público de lazer com limitações de infraestrutura
Zona Norte de Natal/RN.**



Fonte: registro fotográfico dos autores, baseado em Alves (2025).

Além dessas limitações estruturais, a Zona Norte de Natal enfrenta desafios históricos relacionados à distribuição desigual de infraestrutura urbana e de serviços públicos. Trata-se de uma das regiões mais populosas da cidade, mas que, ao longo do processo de expansão urbana, recebeu investimentos de forma mais lenta e insuficiente quando comparada a outras áreas do município. Como consequência, diversos bairros ainda convivem com dificuldades relacionadas à mobilidade, à oferta de equipamentos públicos, à manutenção dos espaços urbanos e ao acesso a serviços essenciais, como saneamento básico e áreas adequadas de lazer e convivência.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito às condições socioambientais presentes em diversos territórios da região. Em alguns bairros, é possível observar a presença de lagoas de captação sem manutenção adequada, acúmulo de resíduos sólidos em terrenos baldios e ocupações urbanas marcadas por infraestrutura incompleta. Esses fatores contribuem para a degradação do ambiente urbano e ampliam a exposição da população a riscos relacionados à saúde pública, como proliferação de insetos, alagamentos em períodos de chuva e dificuldades de mobilidade. A ausência e/ou ineficiência de políticas públicas contínuas e integradas reforça as desigualdades socioespaciais e limita as possibilidades de constituição de uma cidade mais equilibrada e saudável.

Em contraste com a realidade dos espaços públicos existentes na Zona Norte, o Parque Ecológico de Capim Macio (figura 2), Zona Sul, apresenta infraestrutura adequada, com áreas verdes preservadas, equipamentos de lazer em bom estado de conservação, espaços destinados a diferentes faixas etárias e elementos de acessibilidade. Essa diferença revela que os investimentos e a manutenção dos espaços públicos não ocorrem de forma equilibrada

entre as regiões da cidade, reforçando desigualdades socioespaciais no acesso ao lazer e ao bem-estar urbano.

Figura 2. Espaço público estruturado no Parque Ecológico Capim Macio em Natal/RN.



Fonte: registro fotográfico dos autores, baseado em Alves (2025).

4.2 Mobilidade urbana, poluição e uso desigual do espaço público

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se às condições de mobilidade urbana e ao uso cotidiano das vias públicas em Natal. O trânsito intenso nas principais avenidas da cidade evidencia problemas recorrentes relacionados à infraestrutura viária, ao aumento do número de veículos e à ausência de alternativas eficientes de transporte coletivo. Esses fatores contribuem para a intensificação dos congestionamentos, para o aumento da poluição atmosférica e sonora e para situações constantes de estresse entre os usuários das vias urbanas.

No cotidiano de Natal, o deslocamento entre moradia e trabalho torna-se um desafio diário para parte da população potiguar. Nas primeiras horas da manhã e no final da tarde, observa-se um fluxo intenso de veículos, que inclui carros, motocicletas, ônibus e caminhões, resultando em congestionamentos prolongados e em uma circulação marcada pela pressa e pela desorganização. Essa dinâmica urbana local demonstra como a mobilidade se tornou um fator importante no processo de desgaste físico e emocional dos cidadãos natalenses, conforme pode ser verificado na Figura 3.

Figura 3. Trânsito evidenciando o fluxo de mão de obra na cidade.



Fonte: registro fotográfico dos autores, baseado em Alves (2025)).

Outro exemplo observado na pesquisa refere-se à Avenida Expedicionário, localizada no Conjunto Parque dos Coqueiros, na Zona Norte de Natal. A referida via vem funcionando como uma rota de ligação de relevância entre os bairros da região Norte e o acesso à BR-101. Entretanto, diante da ausência de áreas formais de lazer neste conjunto habitacional, a avenida passou a ser utilizada pela população como espaço alternativo para caminhadas e atividades físicas, revelando uma nova forma de apropriação do espaço urbano pela comunidade (Figura 4).

Essa apropriação espontânea da Avenida Expedicionário, embora demonstre a resiliência e a busca por qualidade de vida dos moradores, ocorre em um ambiente de vulnerabilidade e conflito. De acordo com o diagnóstico de Alves (2025), a convivência forçada entre pedestres e o tráfego intenso de veículos motorizados — incluindo ônibus e caminhões — expõe a comunidade a constantes riscos de acidentes e à inalação direta de poluentes (Figura 5). Além disso, a precariedade da iluminação pública e a presença de trechos com acúmulo de resíduos sólidos nas margens da via evidenciam que, na ausência de parques estruturados pelo Estado, a população da Zona Norte é compelida a exercitar-se em cenários de insalubridade, o que reforça o quadro de adoecimento urbano discutido nesta pesquisa.

Figura 4. Uso da Avenida Expedicionário como espaço alternativo para caminhada Conjunto Parque dos Coqueiros (Zona Norte de Natal).



Fonte: registro fotográfico dos autores, baseado em Alves (2025).

gura 5. Ocupação do espaço viário por pedestres, veículos e presença de resíduos sólidos.



Fonte: registro fotográfico dos autores, baseado em Alves (2025).

Essas situações apresentadas demonstram como a mobilidade urbana, a poluição e o uso desigual do espaço público, na cidade de Natal, estão interligados no contexto da cidade. A busca por qualidade de vida e por espaços de convivência acaba sendo realizada em ambientes que nem sempre oferecem condições adequadas de segurança, infraestrutura e salubridade para a população natalense, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais efetivas voltadas ao planejamento urbano e à promoção de cidades mais saudáveis no sentido de promover maior qualidade de vida e segurança.

4.3 Lagoas de Captação, riscos ambientais e desigualdades urbanas

Neste momento do estudo, propõe-se uma reflexão sobre as lagoas de captação de Natal e os transtornos vivenciados por quem reside em seu entorno. Esses espaços possuem papel fundamental no manejo das águas pluviais e na prevenção de alagamentos, sendo parte importante da infraestrutura urbana. Entretanto, em diversos bairros da cidade, essas lagoas se tornaram símbolos de problemas relacionados ao descuido urbano e às desigualdades na gestão pública. Ao abordar o “adoecimento da cidade”, é necessário considerar essas áreas, pois elas evidenciam falhas no planejamento urbano e impactos diretos no bem-estar da população.

Ao longo do ano, observa-se a ausência de tratamento adequado e de manutenção contínua nessas lagoas, resultado da falta de fiscalização que favorece o descarte irregular de resíduos, agravando os problemas ambientais e sanitários na cidade de Natal. Esse cenário é particularmente visível na Lagoa do Panatis, conjunto habitacional da Zona Norte de Natal, onde a insuficiência de ações de manutenção e monitoramento, por parte do poder público, vem contribuindo para a deterioração do espaço urbano, conforme pode ser verificado na Figura 6.

**Figura 6. Lagoa de captação de águas pluviais
Conjunto habitacional Panatis (Zona Norte de Natal)**



Fonte: registro fotográfico dos autores, baseado em Alves (2025).

A partir da observação direta do local, por meio deste estudo, também foi possível identificar diferentes formas de degradação ambiental em vários espaços de Natal. A lagoa, conforme demonstrada na figura 6, apresenta acúmulo significativo de resíduos sólidos, presença de água parada sem tratamento e sinais de degradação do solo ao redor. Essas condições contribuem para a poluição visual e para potenciais riscos à saúde pública. Alguns moradores da região relatam dificuldades em permanecer nas áreas externas das residências, especialmente no período noturno, em razão da presença constante de insetos e outros animais associados às condições ambientais degradadas (ALVES, 2025). Esse cenário favorece a proliferação de vetores, ampliando o risco de transmissão de doenças como dengue, zika e chikungunya, entre outras enfermidades relacionadas à precariedade sanitária e à ausência de infraestrutura adequada de saneamento.

Durante o período chuvoso, os problemas tornam-se ainda mais graves. O aumento do volume de água frequentemente provoca o transbordamento da lagoa, atingindo residências localizadas nas proximidades e causando prejuízos materiais aos moradores. Adicionado a este fato, os alagamentos acabam interrompendo o tráfego nas avenidas que margeiam o conjunto Panatis, comprometendo a mobilidade local e afetando a rotina da comunidade.

Essas situações demonstram como falhas na gestão do saneamento urbano e na manutenção das estruturas de drenagem podem contribuir para o agravamento das desigualdades socioespaciais na cidade do Natal. A ausência de políticas públicas contínuas de limpeza, prevenção e monitoramento ambiental evidencia o distanciamento entre a administração pública local e as necessidades básicas da população.

É importante reconhecer que Natal não está isolada desse tipo de problemática. Assim como outras cidades ao redor do mundo, a capital potiguar enfrenta os efeitos das mudanças climáticas, que se manifestam por meio de eventos extremos, como chuvas intensas e alagamentos urbanos. Esses fenômenos impactam diretamente a qualidade de vida da população e reforçam a necessidade de um planejamento urbano mais sustentável e integrado.

Saldiva (2018) destaca que, quando não há uma definição clara do que constitui o bem comum em uma cidade, decisões urbanas podem acabar favorecendo grupos com maior poder de influência, gerando distorções no planejamento urbano e ampliando as desigualdades na distribuição dos benefícios da urbanização. Repensar o planejamento urbano de Natal à luz da equidade e da justiça social torna-se fundamental para que o “bem comum” seja efetivamente garantido a todos os cidadãos.

4.4 Feiras livres e condições de saúde urbana

As feiras livres são fundamentais para a segurança alimentar e o acesso a alimentos frescos. Contudo, a realidade muitas vezes diverge dessa imagem idealizada, apresentando problemas estruturais e sanitários que impactam a saúde dos consumidores. A imagem idealizada das feiras livres surge da associação com alimentos frescos, diversidade de produtos e preços acessíveis, elementos centrais para a segurança alimentar. Essa percepção se apoia na expectativa de encontrar frutas, verduras e legumes limpos e bem organizados, em um ambiente agradável, que favoreça a escolha consciente e o consumo seguro de alimentos. Nesse cenário, as feiras são vistas como espaços de sociabilidade, comércio popular e valorização da cultura local.

A realidade frequentemente diverge dessa expectativa devido a problemas estruturais e sanitários. Bancas próximas umas das outras, mistura de alimentos crus com produtos perecíveis, falta de higienização das mãos e de gestão de resíduos, calçadas quebradas e esgoto exposto tornam o ambiente insalubre. Esses fatores não apenas dificultam o acesso seguro aos alimentos, como aumentam o risco de doenças e adoecimento da população, mostrando que a idealização das feiras não corresponde ao cotidiano enfrentado por feirantes e consumidores.

Foi analisado uma das mais conhecidas de Natal, a Feira do Alecrim (Figura 7). Esta feira se destaca pela diversidade de produtos e preços acessíveis, porém apresenta grandes deficiências em higiene, organização e infraestrutura. O que se observa, na verdade é a existência de lonas mal posicionadas, bancas próximas umas das outras e mistura de alimentos crus com peixes e carnes que acabam por violar as normas básicas de higiene. A ausência de pontos de higienização, banheiros inadequados e resíduos acumulados reforçam o caráter insalubre deste espaço público natalense (ALVES, 2025).

A infraestrutura precária, presente nesta feira, que inclui calçadas quebradas, poluição sonora, visual e odores fortes contribuem para o adoecimento da população e demonstram a necessidade de políticas públicas eficazes, que promovam capacitação em higiene, manejo de alimentos e organização do referido espaço.

Figura 7. Feira do Alecrim e condição estrutural do ambiente.



Fonte: registro fotográfico dos autores, baseado em Alves (2025).

O fato é que, apesar das normas, leis e regulamentações existentes, a distância entre lei e a prática evidencia a importância de repensar a gestão das feiras livres na cidade do Natal, reconhecendo seu papel histórico e cultural e garantindo ambientes públicos limpos, seguros e socialmente justos para a população potiguar.

4.5 Vulnerabilidade socioambiental e desigualdade territorial

Nas áreas periféricas de Natal/RN, como o Conjunto Parque dos Coqueiros, conforme já explicado anteriormente, é possível observar de forma direta a vulnerabilidade socioambiental. A Figura 8, mostra como a ocupação irregular por famílias de baixa renda, neste conjunto é realizada, isto é, verificam-se a existência de casas improvisadas com materiais precários, ruas sem pavimentação adequada e terrenos baldios que expõe a população a desafios significativos para sua qualidade de vida, como por exemplo, a falta de saneamento, a convivência em espaços com risco de adquirir doenças e impactos decorrentes de enchentes e poluição.

Nesse contexto, o calçamento em pedra existente em certos locais do referido conjunto habitacional funciona como uma espécie de linha divisória simbólica e territorial, separando visualmente as habitações mais estruturadas do Parque dos Coqueiros das moradias improvisadas situadas em seu entorno. Essa diferenciação espacial revela como a cidade se organiza de maneira desigual, concentrando infraestrutura e serviços em determinados espaços enquanto outros locais, habitados pela população de baixa renda, permanecem à margem do planejamento urbano. Tal configuração reforça a vulnerabilidade socioambiental das populações que residem nessas áreas, pois a ausência de infraestrutura básica limita o acesso a condições adequadas de moradia, mobilidade e qualidade de vida.

**Figura 8. vulnerabilidade socioambiental
Conjunto Parque dos Coqueiros**



Fonte: registro fotográfico dos autores, baseado em Alves (2025).

Conforme mostra a Figura 8, a área apresenta de forma clara a vulnerabilidade socioambiental do Parque dos Coqueiros; é o acúmulo de resíduos sólidos e a precariedade das bb

De fato, a Figura 8 expõe a vulnerabilidade socioambiental do Parque dos Coqueiros como um sintoma direto da negligência nas políticas urbanas. O acúmulo sistemático de resíduos e entulhos sobre o solo árido revela a ausência de serviços básicos de manejo e fiscalização, transformando o terreno em um foco de riscos sanitários. Esse cenário de degradação não é apenas um problema estético, mas o reflexo de uma omissão estatal que segrega o território e compromete a qualidade de vida da população local, reiterando a urgência de uma gestão pública que priorize a dignidade socioambiental da área.

5. Conclusões

Em última análise, os resultados desta pesquisa confirmam que a "enfermidade" urbana de Natal não é um processo acidental, mas o resultado de escolhas políticas que privilegiam certas zonas da cidade de Natal em detrimento de outras. Conforme aponta Saldiva (2018), a cidade atua como um determinante direto da saúde; contudo, em Natal, esse determinante opera de forma excludente, onde o planejamento urbano falha em garantir o "bem comum" de forma equânime.

A investigação evidenciou que a Zona Norte concentra os índices mais críticos de vulnerabilidade. A ausência de políticas urbanas integradas manifesta-se no abandono de equipamentos como a Área de Lazer do Panatis e na gestão ineficiente das lagoas de captação, pontos centrais identificados no diagnóstico de Alves (2025). Enquanto as Zonas Sul e Leste recebem investimentos estruturantes e manutenção regular, a Zona Norte permanece à margem, sobrevivendo com infraestruturas deterioradas e serviços de manejo de resíduos inexistentes.

Em concordância com a fundamentação teórica de Milton Santos (2002), a segregação socioespacial em Natal é reforçada pela lógica de produção do espaço que empurra a população de baixa renda para territórios desassistidos. A fragmentação das secretarias municipais impede uma visão intersetorial, resultando em intervenções isoladas. Os achados de Alves (2025) demonstram que locais como a Avenida Expedicionário e o Parque dos Coqueiros tornam-se símbolos dessa segregação, onde a dignidade humana é posta em risco pelo acúmulo de entulhos e pela precariedade habitacional.

Por fim, conclui-se que o alcance dos objetivos propostos revelou uma distância entre o ordenamento jurídico e a prática cotidiana da gestão potiguar. Para que Natal deixe de ser uma "cidade que adoece", torna-se urgente que haja a formulação e execução de políticas urbanas e sociais que visem promover a superação do modelo de gestão fragmentado por um paradigma de justiça territorial que prevalece na atualidade. Reitera-se, com base em Alves (2025), que a promoção da saúde urbana em Natal depende da priorização de investimentos nas áreas historicamente negligenciadas, garantindo que o direito à cidade deixe de ser um privilégio geográfico.

Referências

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – USP, 2012.

ALVES, Rosa Maria Pereira dos Santos. *Por que Natal continua enferma?* 2025. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Instituto de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2025. Orientação: Prof. Dr. Fábio Fonseca Figueiredo.

BRITO, Fausto Alves de; PINHO, Breno Aloísio T. Duarte de. A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940–2010. Belo Horizonte: CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

COSTA, Ademir Araújo da. Crescimento urbano e problemas socioespaciais: um estudo da periferia de Natal. *Mercator*, v. 2, n. 4, p. 1-20, 2003. (Observação: paginação estimada com base em edições padrão; confirme se disponível).

HANCOCK, Trevor; DUHL, Leonard. *Healthy cities: promoting health in the urban context*. Copenhagen: World Health Organization, 1986.



NETO, João Lima Sant'Anna. O clima urbano como construção social: da vulnerabilidade polissêmica das cidades enfermas ao sofisma utópico das cidades saudáveis. *Revista Brasileira de Climatologia*, v. 8, p. 1-15, 2011. (Observação: paginação estimada; confirme na fonte original).

SALDIVA, Paulo Hilário Nascimento. *Vida urbana e saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2018.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Maria Helena da Silva. Índice de cidade saudável para Natal-RN: promoção da saúde e qualidade de vida. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2021.

SILVA, Maria Helena da Silva; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Um caminho para a produção de uma cidade saudável: um enfoque na realidade urbana de Natal/RN. Natal: UFRN, 2020.

SILVA ALVES, Karina Messias da; ALVES, Adriano Eduardo Lívio; SILVA, Fernando Moreira da. Poluição do ar e saúde nos principais centros comerciais da cidade de Natal/RN. *HOLOS*, v. 4, p. 81-95, 2009.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti. Estratégias do planejamento urbano e da promoção da saúde: a mandala da cidade saudável. *Intellectus – Revista Acadêmica Digital*, v. 58, n. 1, p. 79-95, 2020.

WESTPHAL, Marcia Faria; MENDES, Rosilda. Cidade saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersectorialidade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 47-61, nov./dez. 2000.